



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

## RESOLUÇÃO

### QUEBRAR O BLOQUEIO NEGOCIAL PELA EXIGÊNCIA DE UMA CARREIRA VALORIZADA Condição essencial para um país com futuro!

A FENPROF e os seus Sindicatos encerram um ciclo de ações, realizado nas quintas-feiras de maio, junto e em simultâneo à realização das reuniões de Conselho de Ministros, centrado no grave problema do bloqueio negocial, que está a impedir a resolução de um conjunto de matérias estruturantes para a Educação, a Escola e a Profissão Docente. Só a procura de soluções permitirá enfrentar, com sucesso, os vários problemas que têm vindo a deteriorar as condições de exercício da profissão, tornando-a cada vez mais desgastante e pouco atrativa.

A necessidade de recomposição da Carreira (contagem de todo o tempo congelado e correção das ultrapassagens), a extinção das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões e a criação de um modelo de avaliação do desempenho docente verdadeiramente formativo são condições essenciais para uma valorização efetiva da Carreira Docente, em prol da melhoria da escola, da qualidade da educação e do futuro de Portugal.

Sendo vários os obstáculos que têm sido colocados na Carreira e evidente a quebra da sua unidade interna, podemos afirmar que os docentes portugueses não têm uma carreira única, mas várias carreiras.

Efetivamente, embora o Estatuto da Carreira Docente (ECD) preveja que os docentes atinjam o último escalão com 34 anos de serviço (o que já torna a carreira dos docentes em Portugal uma das mais longas de entre os países da OCDE), hoje, em condições normais, ninguém demora, apenas, esse tempo, devido aos congelamentos e à eliminação, até agora, de 6 anos, 6 meses e 23 dias para a progressão, cumpridos nesse período, à imposição de quotas na ADD e à existência de vagas, decididas por critérios administrativos, economicistas e políticos, para progressão aos 5.º e 7.º escalões (que, conjuntamente, atrasam, em cada ano, irremediavelmente, a progressão de centenas ou mesmo milhares de professores, retidos nos 4.º e 6.º escalões por “1, 2 ou mesmo mais anos”); acrescem a todos aqueles constrangimentos, perdas de tempo de serviço resultantes de regimes transitórios entre estruturas de carreira, que provocam ultrapassagens de docentes com maior antiguidade por outros com menos tempo de serviço, quer ainda pelas ultrapassagens a que milhares foram sujeitos, devido às transições de carreira em 2007 e 2009.

**Por todas estas razões, os docentes presentes nesta na ação, organizada pela FENPROF e promovida pelo SPN, em 27 de maio de 2021, no local onde decorre mais uma reunião do Conselho de Ministros, consideram ser da mais inteira justiça:**

1. **A retoma de um diálogo consequente, de que resulte uma efetiva negociação, como decorre da lei e é apanágio das sociedades que respeitam as normas de direito democrático;**

2. **A recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço cumprido para efeitos de progressão**, estando a FENPROF disponível para negociar um faseamento em termos semelhantes ao que foi aprovado, por via negocial, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores;
3. **O fim das vagas que impedem a progressão dos docentes aos 5.º e 7.º escalões** da carreira docente, apesar de reunirem todos os requisitos definidos para progredirem: tempo de serviço, avaliação de Bom, formação contínua e, no caso do 5.º escalão, observação de aulas;
4. **O fim das quotas na Avaliação do Desempenho Docente**, por impedirem o reconhecimento do mérito absoluto dos docentes e serem geradoras de fortes desigualdades e injustiças entre professores;
5. **A substituição do atual modelo de avaliação**, por via negocial, por um que seja transparente, justo e de matriz formativa;
6. **A correção das ultrapassagens**, por via do reposicionamento dos docentes que foram penalizados com as transições entre estruturas de carreira, ocorridas em 2007 e 2009.

Por último, mas não menos importante, os docentes dirigem-se ao Governo **e, em particular, ao Primeiro-Ministro, no sentido de que, o tão valorizado diálogo social na Educação, não se esgote em palavras, mas tenha tradução prática**, através da abertura de vias de diálogo e da promoção dos processos negociais indispensáveis à valorização da Profissão Docente, fator que, a par de outros, contribui para a atrair novos profissionais ao Ensino.

Lisboa, 27 de maio de 2021

Os professores e educadores presentes